

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ

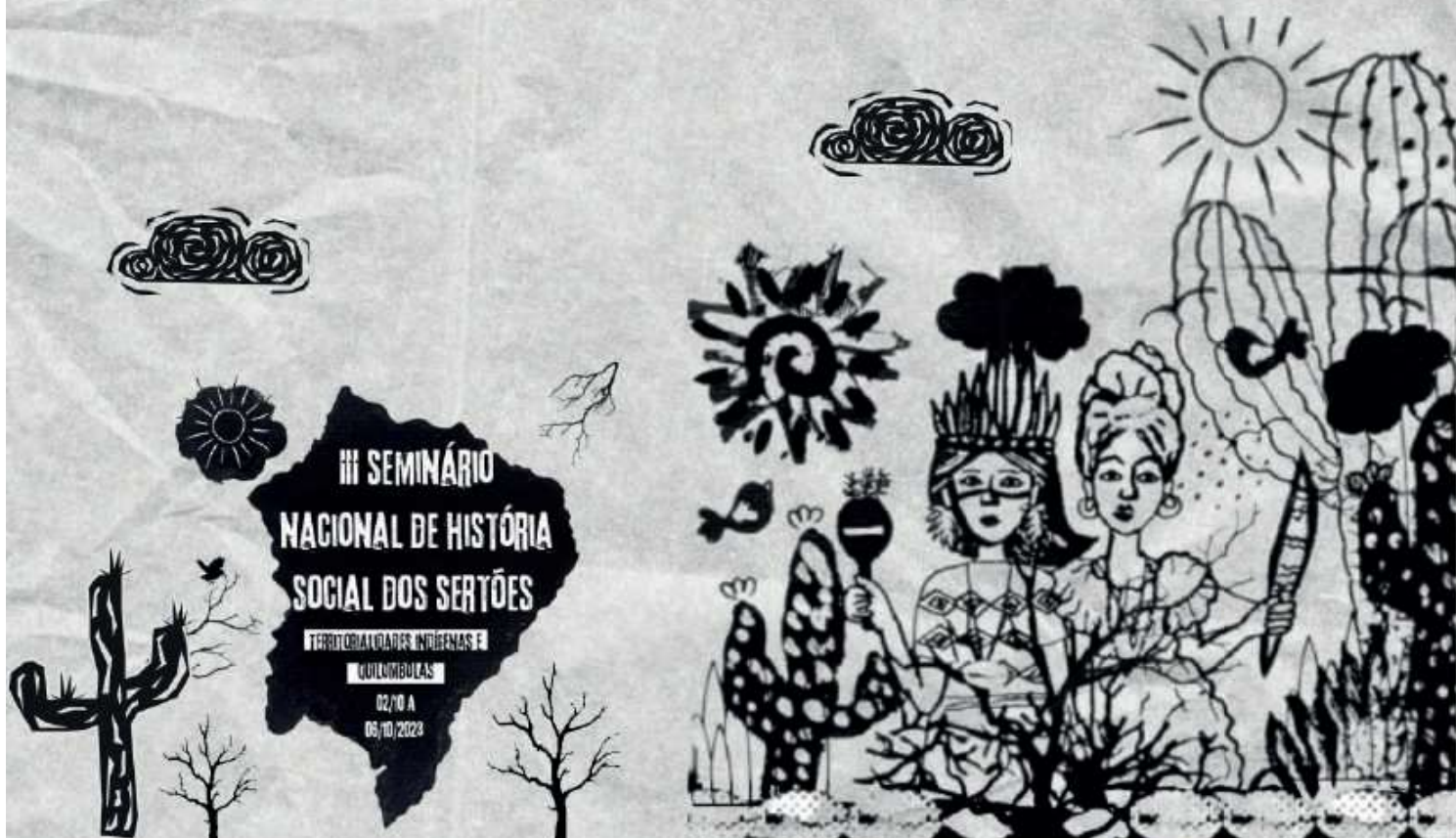
ORGANIZAÇÃO:

Tatiana G. Oliveira, Gabriela B. Almeida, João Paulo P. Costa, Helane Karoline T. Gomes, Gisvaldo O. Silva, Diego L.L.Pereyra, Camila G. de Paula, Rafael R. Da Silva, Rebeca F. Lopes, Anna Bottesi

ANAIS

III SEMINÁRIO NACIONAL DE
HISTÓRIA SOCIAL DOS SERTÕES

“TERRITORIALIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS”



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ**

ORGANIZAÇÃO:

**Tatiana G. Oliveira, Gabriela B. Almeida, João Paulo P. Costa, Helane Karoline
T. Gomes, Gisvaldo O. Silva, Diego L.L.Pereyra, Camila G. de Paula, Rafael R. Da
Silva, Rebeca F. Lopes, Anna Bottesi**

ANAIS

III SEMINÁRIO NACIONAL DE

HISTÓRIA SOCIAL DOS SERTÕES

“TERRITORIALIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS”



EdUESPI



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

Evandro Alberto de Sousa Reitor

Jesus Antônio de Carvalho Abreu Vice-Reitor

Mônica Maria Feitosa Braga Gentil

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Josiane Silva Araújo

Pró-Reitora Adj. de Ensino de Graduação

Raurys Alencar de Oliveira

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires

Pró-Reitora de Administração

Rosineide Candeia de Araújo

Pró-Reitora Adj. de Administração

Lucídio Beserra Primo

Pró-Reitor de Planejamento e Finanças

Joseane de Carvalho Leão

Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças

Ivoneide Pereira de Alencar

Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários

Marcelo de Sousa Neto

Editor da Universidade Estadual do Piauí

Universidade Estadual do Piauí

Rua João Cabral • n. 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI

Todos os Direitos Reservados



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI**



Rafael Tajra Fonteles Governador do Estado
Themístocles de Sampaio Pereira Filho Vice-Governador do Estado
Evandro Alberto de Sousa Reitor
Jesus Antônio de Carvalho Abreu Vice-Reitor

Administração Superior

Mônica Maria Feitosa Braga Gentil **Pró-Reitora de Ensino de Graduação**
Josiane Silva Araújo **Pró-Reitora Adj. de Ensino de Graduação**
Rauriys Alencar de Oliveira **Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**
Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires **Pró-Reitora de Administração**
Rosineide Candeia de Araújo **Pró-Reitora Adj. de Administração**
Lucídio Beserra Primo **Pró-Reitor de Planejamento e Finanças**
Joseane de Carvalho Leão **Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças**
Ivoneide Pereira de Alencar **Pró-Reitora de Extensão, Assuntos
Estudantis e Comunitários**

Marcelo de Sousa Neto Editor

Organizadores **Revisão**

Rebeca Freitas Lopes (@menina.arteiraaa) **Capa**

Lucas Rolim (@contracapadesign) **Diagramação**

Editora e Gráfica UESPI E-book

Endereço eletrônico da publicação: <https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/book/226>

S471a Seminário Nacional de História Social dos Sertões (3.
: 2024 : Floriano, PI).
Anais do III Seminário Nacional de História Social dos Sertões [recurso
eletrônico]: territorialidades indígenas e quilombolas, que ocorreu entre os
dias 2 e 6 de outubro em Floriano, PI / Organizador por Tatiana G. Oliveira
... [et al.]. - Teresina: FUESPI, 2025.
E-book.

ISBN: 978-65-89616-91-7

1. Indígenas. 2. Quilombolas. 3. Sertão. I. Oliveira, Tatiana G. (Org.) .
II. Título.

CDD: 907

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Universidade Estadual do Piauí – UESPI
Ana Angélica P. Teixeira (Bibliotecária) CRB 3ª/1217

Editora da Universidade Estadual do Piauí - EdUESPI

Rua João Cabral • n. 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI
Todos os Direitos Reservados

SUMÁRIO

- 8 **Apresentação**
- 15 **Águas e terras do Semiárido:**
Arquivo e desenvolvimentismo no Submédio São Francisco
Sabrina M. Luz Bezerra
- 19 **Fazer do passado literatura:**
Ficção e memória na escrita de Airton Maranhão sobre a cidade de Russas - CE
Ruan Carlos Mendes
- 24 **Mestre Nêgo Bispo e Quilombos:**
Uma análise do contracolonialismo como prática e vivência do processo de ressignificação, preservação, empoderamento, reconhecimento e valorização da historiografia quilombola no Piauí.
Renato Ramos de Almeida
Lílian Eliane de Carvalho Meireles
- 28 **Tecnologias ancestrais no Quilombo Urbano da Boa Esperança:**
Uma análise a partir do documentário circulando memórias.
Natasha Karenina de Sousa Rego
Elaine Ferreira do Nascimento
- 31 **Reflexões sobre o trabalho escravo contemporâneo urbano no Brasil (2013-2023)**
Marcelo Aleff de Oliveira Vieira

- 36 **As mãos que produzem as ervas são as mãos que embalam a cura**
Luana Maria Sousa Santos
Luciano Silva Figueiredo
Maria da Vitória Barbosa Lima
Rafael Marques Gomes
Denise Castro Sobrinho
- 41 **Os trabalhos do café da Serra de Baturité e as ressignificações de sua tradição cafeeira (1967-1990)**
Leonardo Noberto de Moraes
- 47 **Práticas de novenas e montagem de altares em Massapê do Piauí**
Gabriela Alves Monteiro
Maria Gabriela de Sousa
- 52 **“Eu não sou escrava”:**
Tecitudes de gênero, raça e classe nas memórias de trabalhadoras domésticas em Barras-Piauí (1980-1990)
Francisca Cibele da Silva Gomes
- 57 **A Bahia, o Sertão e a Inquisição:**
Estratégia de defesa de um cristão-novo no século XVIII
Ademir Schetini Júnior
- 61 **“Não ouvimos bem o que nos rodeia”:**
A violência doméstica contra mulheres trans – entre dificuldades e resistências para acessar o sistema de justiça criminal em uma comarca do sertão piauiense (2019-2022).
Ângela Maria Macedo de Oliveira

- 66 **Sobre “moradas e rastros dos antigos, nossos antepassados”:**
considerações sobre a cultura material, memória e história em
três territórios indígenas no Estado do Piauí.
Helane Karoline Tavares Gomes

APRESENTAÇÃO

Este livro contempla os resumos expandidos dos textos apresentados no **III Seminário Nacional de História Social dos Sertões: territorialidades indígenas e quilombolas**, que ocorreu entre os dias 2 e 6 de outubro de 2023 na cidade de Floriano, Piauí. O evento foi construído no âmbito do GT - Os Povos Indígenas na História, vinculado à Associação Nacional de História, seção Piauí (ANPUH/Piauí). O grupo que organizou a proposta é composto por docentes e discentes da Universidade Federal do Piauí/Picos, da Universidade Estadual do Piauí/Oeiras e Floriano, do Instituto Federal do Piauí/Floriano e da Universidade Federal do Vale do São Francisco/São Raimundo Nonato. Conta com apoio das coordenações do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura-PPGSC, do Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória da UESPI e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí-FAPEPI, através do Programa de apoio à realização de eventos científicos, de divulgação científica e tecnológica – PAP/Edital FAPEPI nº 001/2023.

Ao longo dos últimos anos, pesquisadores, docentes e discentes do Piauí, estabeleceram como meta desenvolver projetos de pesquisas e extensão de caráter acadêmico-científico voltados para a compreensão dos sertões. Há, como exemplo, os horizontes das linhas de pesquisas empreendidas nas IES mencionadas acima, em constante diálogo e simetria com os estudos dos sertões. Além disso, destacamos a atuação do GT - Os povos indígenas na História, criado em 2020. Caminhando contra a maré, o grupo contraria visões de uma dizimação total ou da inadequação indígena às novas situações de

contato colonial, dando visibilidade às negociações, ações políticas, etnificações e etnogêneses.

A organização do III SEHIS está associada, portanto, aos esforços de diálogo e trabalho coletivo de diferentes instituições de ensino e pesquisa, a maior parte instaladas fora da capital, em torno de temas relevantes para compreensão da formação histórica do Estado e do país, bem como para construção de ações e políticas públicas no tempo presente. Há de se destacar também o esforço de sediar no Piauí um Seminário Nacional, já ocorrido em outros estados do Nordeste brasileiro, com ampla participação de pesquisadoras e pesquisadores de diferentes partes do Brasil. É uma oportunidade de inserção em redes acadêmicas mais amplas.

Em ação de continuidade com os eventos anteriores, criamos espaços para construção coletiva de conhecimentos acerca dos sertões em suas múltiplas temporalidades. O III SEHIS teve como foco das reflexões os protagonismos das populações indígenas e quilombolas nestes territórios, tendo em vista que as construções materiais e conceituais dos sertões no/do Brasil nunca puderam ser feitas nem pensadas sem os povos indígenas e quilombolas. De acordo com Janaína Amado, “no conjunto da história do Brasil, em termos de senso comum, pensamento social e imaginário, poucas categorias têm sido tão importantes, para designar uma ou mais regiões, quanto a de sertão”¹.

Na língua portuguesa o uso remete pelo menos ao século XV, quando era empregado para “nomear espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas ou contíguos a elas, sobre os quais pouco ou nada sabiam”². Durante o período colonial, o termo foi mobilizado a partir da oposição/contraste à ideia de costa, que remetia para uma faixa de terra em contato com o mar, mas,

1 AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 145.

2 IBIDEM, p.147.

sobretudo, indicava um local ocupado pelos europeus e por suas instituições administrativas e religiosas. Os sertões foram vislumbrados como inacessíveis, povoados por “bárbaros”, “bravios”, “hereges”.

Numa outra perspectiva, a qual acompanhava os anseios, como escreveu a historiadora Vanice Melo, de sujeitos “expulsos da sociedade colonial – como os índios, escravos fugidos, os perseguidos pela justiça Real e pela Inquisição – o sertão era um espaço de liberdade em relação a uma sociedade que os oprimia e a esperança de uma vida melhor”³. A depender do agente do discurso, a imagem do sertão poderia remeter para uma possibilidade de autonomia e de sobrevivência, individual ou coletiva, nas margens ou mesmo fora do mundo colonial.

O avanço colonial sobre os “sertões” foi acompanhado da construção de um discurso que atribuiu a esses espaços um suposto “vazio demográfico”⁴ ao desconsiderar a população indígena, negra e quilombola como habitantes daquelas terras. Tal discurso atendia aos interesses da política expansionista e indigenista adotada na região desde o período colonial e que foi estendida por todo o século XIX. Nos oitocentos, os sertões se referiam, por um lado, a regiões distantes dos grandes centros políticos e econômicos; por outro, às extensas áreas ainda não conquistadas, moradas de populações indígenas autônomas. Em comum, todos esses espaços eram alvo de planos políticos de controle populacional e produtivo, que se intensificaram ao longo do século XX. Para os sertões se dirigiram planos de colonização, contemplando projetos agropecuários e extrativistas, afetando o meio ambiente e comunidades tradicionais que lá viviam. De forma concomitante, eram nas paragens sertanejas onde se consolidavam os potentados locais, beneficiados diretos

3 MELO, Vanice Siqueira de. **Cruentas Guerras**: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII). Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 30.

4 MOREIRA, Vânia Maria Losada. A produção histórica dos “vazios demográficos”: guerras e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830). **Dimensões**, n. 9, p.99-123, 1999.

desse avanço, apossando-se das terras e se configurando enquanto agentes de violências.

O impacto ocasionado nas comunidades tradicionais era marcante e presente em todas as etapas de avanço pelos sertões ao longo dos séculos. Na verdade, os espaços definidos como *sertões* por serem distantes e ermos eram, ao contrário, território tradicional de incontáveis povos indígenas e quilombolas, com relações íntimas com as terras e os recursos naturais, de onde desenvolviam suas próprias formas de produção e consumo. A violência das conquistas - e aqui destacada no plural - promoveu incontáveis transformações nas dinâmicas ambientais e sociais, deslocamentos forçados e novos processos de territorialização, fazendo da luta popular - especialmente indígena e quilombola - práticas cotidianas de aprendizado, sobrevivência e garantia de direitos.

A escolha do campus de Floriano do Instituto Federal do Piauí como sede do III SEHIS tem um significado especial por, em primeiro lugar, fazer do sertão piauiense como lugar de realização de um evento nacional, dando visibilidade ao seu patrimônio universitário, intelectual e cultural. Em segundo lugar, pelo histórico de invisibilidades da população negra e quilombola e, principalmente, indígena no estado, o último a reconhecer a presença de povos originários em seu território. A realização do III SEHIS em Floriano foi, portanto, de suma importância para demarcar a presença do Piauí no cenário acadêmico nacional e para estreitar a contribuição das Universidades com as lutas sociais.

Com o evento, procuramos trazer novos campos de investigações no estado e complexificar a visão acerca das atuações indígenas na história (seja nas condições de aldeadas/os, trabalhadoras/es em fazenda, escravizadas/os, ou mesmo invisibilizadas/os sob as categorias de caboclas/os e pardas/os) e da própria construção material e conceitual dos sertões, que nunca puderam ser feitos nem pensados sem os povos indígenas. No mesmo sentido, não é possível pensar a

categoria sertões sem complexificar a presença histórica dos quilombolas. Também foi papel do III SEHIS impulsionar compreensões e análises de sertões negros, em que os quilombos, suas territorialidades e as dinâmicas dos povos afrodescendentes são elementos indispensáveis da formação do Piauí e do Brasil.

Nesse sentido, os trabalhos aqui apresentados são reflexões oriundas de trabalhos em desenvolvimento acerca de temas que se relacionam com as vivências de sujeitos negros, indígenas e quilombolas nos espaços configurados historicamente como sertões. Iniciamos com o trabalho de Sabrina M. Luz Bezerra, fruto de sua pesquisa de mestrado em que a autora analisa a implementação e os efeitos das Políticas de Irrigação no semiárido do Vale do Submédio São Francisco (SMSF). O segundo texto, de Ruan Carlos Mendes, apresenta uma ideia de sertão vinculada à construção de um discurso literário sobre a ideia homogênea de nordeste a partir da escrita de Airton Maranhão sobre a cidade de Russas – CE.

O terceiro texto deste livro traz o pensamento social de Nêgo Bispo. Renato Ramos de Almeida e Lílian Eliane de Carvalho Meireles analisam o conceito de contracolonialismo de Bispo enquanto prática e vivência do processo de ressignificação, preservação, empoderamento, reconhecimento e valorização História Quilombola no Piauí. Nesse sentido de pensar a valorização da história e cultura quilombola no Piauí, as autoras Natasha Karenina de Sousa Rego e Elaine Ferreira do Nascimento abordam no quarto texto desta publicação as tecnologias ancestrais do Quilombo Urbano da Boa Esperança (também Quilombo, na comunidade Boa Esperança), em Teresina-PI.

Marcelo Aleff de Oliveira Vieira traz no quinto texto uma discussão acerca de um problema social que historicamente tem afetado os trabalhadores nos sertões do Brasil – a escravidão contemporânea. Em sua análise, o autor busca traçar um perfil dos sujeitos aliciados, investigar as principais atividades laborais flagradas pelas fiscaliza-

ções, e discutir os principais mecanismos de arregimentação, controle social e exploração desses trabalhadores. Mas os sertões também são espaços de configurações de cosmologias, de práticas culturais ancestrais e de resistência, como apontam os autores Luana Maria Sousa Santos, Luciano Silva Figueiredo, Maria da Vitória Barbosa Lima, Rafael Marques Gomes e Denise Castro Sobrinho ao apresentarem no sexto capítulo os usos de plantas medicinais pela comunidade Quilombola Lagoas.

As ressignificações e reapropriações dos espaços sertanejos foram constantes diante do avanço colonial. Nesse sentido, o sétimo capítulo de Leonardo Noberto de Moraes demonstra a ressignificação da plantação de café na Serra do Baturité a partir de uma agricultura de base tradicional, envolvendo lógicas de sobrevivência, solidariedade, relações cotidianas e sociais.

Gabriela Alves Monteiro e Maria Gabriela de Sousa abordam no oitavo capítulo as práticas de novenas e a montagem de altares de santos em Massapê do Piauí, enfocando suas dimensões religiosas e culturais. Na sequência Francisca Cibele da Silva Gomes analisa as memórias e experiências do serviço doméstico de quatro trabalhadoras entre 1980 e 1990, a partir dos recortes de gênero, raça e classe.

Com um recorte mais recuado, Ademir Schetini Júnior investiga no décimo capítulo desta obra as estratégias de defesa de um mercador cristão-novo que viveu como judeu na França por duas décadas. De volta ao recorte temporal contemporâneo, Ângela Maria Macedo de Oliveira analisa a violência doméstica contra mulheres trans e o acesso ao sistema de justiça criminal, em uma comarca do sertão piauiense. E para concluir, o texto de Helane Karoline Tavares Gomes acerca da os usos, interpretações e as inter-relações entre a cultura material, memória e história dos indígenas Tabajara – Tapuio Itamaraty, da comunidade Nazaré, dos Kariri da comunidade Serra Grande e dos Akroá-Gamella, da comunidade Morro d'água I, no Piauí.

Com este livro pretendemos nos conectar com as lutas dos movimentos sociais e com os conhecimentos e memórias das comunidades tradicionais.

Tatiana G. de Oliveira
João Paulo P. Costa
Gabriela B. de Almeida
Rebeca F. Lopes
Gisvaldo O. Silva
Diego Leandro L. Pereyra
Helane Karoline T. Gomes
Camila G. de Paula
Rafael R. da Silva
Anna Bottesi

ÁGUAS E TERRAS DO SEMIÁRIDO:

Arquivo e desenvolvimentismo no Submédio São Francisco

Sabrina M. Luz Bezerra⁵

Este trabalho está vinculado aos caminhos até então percorridos pela minha pesquisa de mestrado em curso, dos quais destaco aqui apenas alguns dos problemas e estratégias de uma pesquisa de antropologia com arquivos e documentos que reabrem relações de força pela terra e pela água do semiárido do Vale do Submédio São Francisco (SMSF). Dito de outro modo, este texto partiu de uma mudança de rota que me levou do problema da constituição de um arquivo/acervo para a estratégia do arquivo no exame da implementação e dos efeitos das Políticas de Irrigação no SMSF. Começo, pois, com breve caracterização do problema da constituição de um acervo das áreas de exceção dos sertões.

Da proposta inicial, examinei as especificidades de um acervo/arquivo oriundo de uma doação de 120 documentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) para o Grupo de Pesquisa sobre Cercamentos, Controles e Mercados (Cercos-Univasf), à luz do que poderia reunir documentos que, aparentemente, poderiam não ter relação entre si. O acervo compreende um recorte temporal de 1960, 1970, 1980, 1990, e 2000, e um recorte espacial que circunscreve a região do Nordeste e do norte de Minas Gerais, área de atuação da Sudene, cuja principal razão de ser consistia em servir como material de apoio às diversas políticas de desenvolvimento para a região. Reconhecida a extensão e, ao mesmo tempo, o limite do acervo, propus-me a tarefa de analisar e relacioná-lo sob uma hipótese-problema que pudesse traçar linhas de contato entre os diversos enunciados que foram, uma vez, acionados: acervo pode

⁵ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de São Carlos, bolsista Fapesp (nº do processo 2023/02051-3).

ser constituído a partir de uma preocupação comum ao NE. A saber, o armazenamento e distribuição da água e a sua relação com a distribuição da terra do semiárido nordestino, com especial atenção às águas do Rio São Francisco e às terras do Vale Submédio São Francisco pelas Políticas de Irrigação.

Dos livros/documentos da Série Estudos Regionais, que compõem o acervo, publicações oriundas de pesquisas financiadas e publicadas pela Sudene, as águas e as terras do semiárido compreendem objetos centrais dos saberes por ela mobilizados. Posto em destaque pelo volume organizado pelo geógrafo Mário Lacerda de Melo, o Vale do Submédio São Francisco foi tratado como uma área especial do sertão, uma das regiões chamadas de área de exceção do semiárido nordestino. Uma das razões para essa classificação decorre da Irrigação do São Francisco pelos primeiros Perímetros Irrigados em operação na região, como o do Bebedouro e do Massangano, atualmente Nilo Coelho, da década de 60 e 80 respectivamente. Desta forma, a questão imposta era como tratar esta ênfase no sertão do São Francisco num vasto de documentos sobre outros sertões. A resposta para isso foi privilegiar, uma escolha política, portanto, seguir com a análise desta terra irrigada. Esta área de exceção constitui o lugar do sertão em que a terra tem valor, ou é positivada, pela água, relação presente também em outras análises da mesma Série de Estudos.

A Irrigação como solução do semiárido é um dos aspectos do ponto de inflexão das políticas de combate à seca. Presente no debate em torno da criação da Sudene, no final da década de 1950, estava as Políticas de Irrigação como alternativa às políticas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) (Furtado, 1998). Uma das tensões, no entanto, da solução da distribuição da água pela irrigação ou mesmo do armazenamento da água no sertão (Lucchesi, 2017), foi a estrutura fundiária do Nordeste, a distribuição e a concentração de terra. Dito isso, a área de exceção não é entendida como o reconhecimento de um potencial, ou melhor, que este potencial é ao mesmo

tempo efeito e condição da positivação da tensão entre o problema fundiário da terra e da falta de água. Ao conferir o valor da terra pela água, se desloca o problema da estrutura fundiária para a economia de distribuição e uso da água, constituída pelas políticas, técnicas e engenharias da água, como a irrigação e a construção de barragens.

Da economia político-técnica da água do arquivo da Sudene, percebi que o problema de pesquisa não estava fechado à constituição ou natureza de um acervo/doação. Ao mesmo tempo em que a água parecia objeto por excelência do desenvolvimento do Nordeste, era a terra do semiárido, sempre em relação com o primeiro elemento, que operava a economia de distribuição e armazenamento da água. Para este deslocamento, foi necessário, portanto, seguir a estratégia do arquivo, isto é, inspirada em Foucault (2008), reabrir outros arquivos e, portanto, outras relações de força entre as águas e as terras do Submédio São Francisco. Os caminhos da pesquisa foram, então, para os arquivos da diocese de Juazeiro-BA e da CP-T-BA, ao que eles podem lançar luz para as tensões e conflitos das Políticas de Irrigação do SMSE.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Forense Universitária. Rio de Janeiro, 2008.

FURTADO, Celso. **Seca e Poder**: entrevista com Celso Furtado. 1. Ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998.

LUCCHESI, Luciana. **O feijão de Zé Américo**: Terra, trabalho e deslocamentos nas políticas contra as secas, o caso de Coremas. Tese (doutorado em antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo. 2017.

FAZER DO PASSADO LITERATURA:

Ficção e memória na escrita de Airton Maranhão
sobre a cidade de Russas - CE.

Ruan Carlos Mendes⁶

A presente pesquisa de doutoramento, ainda em desenvolvimento, objetiva analisar a escrita literária do advogado Airton Maranhão (1950 - 2015), natural da cidade de Russas-CE, como construtora de memórias para quem não é, pelo menos na concepção desse dito “homem de letras”, devidamente lembrado. Constituindo-se assim como uma escrita formuladora de sentidos e “contornos” para o passado escrito e para as diversas espacialidades que foram narradas - escrituradas; uma arte ficcional desejosa de ser capaz “de dar tempo ao espaço”. Parafraseando o historiador Francisco Régis Lopes Ramos, em *O Fato e a Fábula* (2012), podemos dizer que Maranhão sentia a necessidade de “inventar a história de Russas” ou pelo menos escrever a “sua versão” da história de Russas, tentando impor “a crença em um passado comum, como se o *antes* tivesse como destino ser um *depois* lógico e louvável, como se tudo se dirigisse a um espaço/tempo compartilhado [...]” (RAMOS, 2012, p. 9). Costurando essa “invenção”, no caso específico de Maranhão, como doses de ficção:

Russas teve a sua origem
Sem virkings e sem urso pardo
Somos originários de Holandês
De índio de onça e de cardo
Aqui na terra das éguas ruças
Somos filhos de São Bernardo.

São Bernardo surgiu da lenda

⁶ Doutorando em História Social – UFC. Bolsista CAPES.
E-mail: ruancaloscsmendes@gmail.com

Da nossa várzea jaguaribana
Disseminada nas réstias de luz
Entre as frinchas da persiana
Com a cor russa das éguas ruças
Origem de nossa alma russana.
[...]
(Maranhão, 2005, p. 15).

Toda a obra literária de Maranhão (poesias, romances e crônicas), publicada entre 1977 e 2015, foi dedicada à cidade de Russas-CE e sua gente (vivos e mortos), mesmo com o autor já vivendo em Fortaleza, capital do Estado do Ceará. No livro de poema *Admirável Povo de São Bernardo das Éguas Ruças* (2005), do qual foi retirado as estrofes citadas anteriormente, Maranhão fez um “apanhado” da “história” e das principais personagens da cidade de Russas. Porém, o que queremos destacar aqui não é a pesquisa feita pelo autor, mas sim o seu esforço de “conhecer o passado para reconhecer as forças do presente, projetando-as nos deveres do devir” (Ramos, 2012, p. 9). Dito de outra maneira, Maranhão delimitava um determinado passado no presente e buscava uma projeção no futuro.

Desse modo, compreendemos Maranhão como um sujeito que se “inventou” autor nas normas do dizer - ou seja, que produziu um discurso literário em uma determinada historicidade e que buscou pertencer/pertenceu a um *campo artístico* (Bourdieu, 1996) e instituições de memória, como por exemplo Academia Russana de Arte e Cultura – ARCA e Casa dos Amigos Russanos – CARUS. Participar/fundar essas instituições é uma forma de se inscrever nas temporalidades e “lutar” contra a passagem do tempo. Mas também entendemos que essa escrita “obedeceu/foi prisioneira” a uma dada forma de ver e dizer o regional e sua cultura. Partindo do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013) analisamos como a escrita de Maranhão permaneceu “prisioneira” do conceito de “cultura nordestina” que emergiu nas primeiras décadas do século XX, pois

continuou apegada e “alimentando” um imaginário específico acerca do que é o “Nordeste” e o “sertão”. Para Albuquerque Júnior o dito nordestino passa a ser representado como “populares” em contraposição a emergência da sociedade urbana:

A elaboração da ideia de cultura nordestina me parece nascer, entre outras coisas, da reação à emergência desta nova realidade social e aos conflitos que a constituem. O povo que será figurado nestes discursos que definem o que seria a cultura regional é um povo ingênuo, simplório, subserviente, embora corajoso, destemido, até heroico. É na reação entre a esta face perigosa e amedrontadora do povo que se elaborará a face do povo nordestino, bem como na reação aos novos personagens da cidade. Ele será representado pelo homem do sertão, pelos personagens do sertão ou pelos personagens ligados a atividades artesanais (jangadeiros, pescadores, vaqueiros), recusando-se assim o novo trabalhador da indústria como seu representante (Albuquerque Jr, 2013, p. 49).

Analisando a obra de Maranhão, sobretudo os seus romances, é possível afirmar que, mesmo já no final do século XX, sua escrita ainda permanecia presa a uma dada forma de ver e dizer o “Nordeste” e a dita “cultura nordestina”, pois continuou exercitando um discurso essencialista para narrar sua cidade. Vejamos uma passagem do romance *A dança da Caipora* (1994), na qual a personagem Chica do Canjerê, que era “uma velha seca, de cento e tantos anos de estranhos mistérios e bruxarias”, diz o seguinte:

O matuto só vive se for sonhador espirituoso, tendo piedade de si próprio, com orgulho fé e bondade. E você, compadre Miguel, já por assim ser um verdadeiro nordestino, que se alimenta pelo próprio crime de viver essa vida desgraçada, deve vivê-la sem se envergonhar de ser um homem infeliz e ainda mais, por não esconder a natureza do caboclo, pobre e sofredor” (Maranhão, 1994, p. 52-53).

Nessa citação temos uma demonstração de algo que é recorrente ao longo de todo o romance *A dança da Caipora* (1994), uma narrativa que busca reforçar uma dada “essência nordestina”, buscando e apresentando uma identidade natural de “verdadeiro nordestino”, de “matuto” e de “caboclo”. Mas, reforçamos que essas identidades são construções, formuladas por discursos como o operado por Maranhão e por isso por ser historicizadas.

Diante do exposto, reforçamos que essa pesquisa tem atenção para a relação entre ficção e “registro do passado” na escrita de Maranhão e sua opção pela ficção ao falar do “sertão”, do “Nordeste” e de sua gente, mas atentando e problematizando os estereótipos que a mesma reforçava e alimentava. Porém, também entendemos que é uma escrita que queria mostrar ir além do registro memorialista, pois tinha uma forte preocupação com a “forma” - não apenas com o registro - ao narrar memórias que foram “costuradas” com “fios” de ficção, memórias oriundas de diferentes “arquivos” (corporal, tradição oral, literária) e que “ganharam” outras temporalidades e valores ao serem narradas (não necessariamente de forma cronológica). Maranhão nos parece perceber que “não bastava procurar a história”, mas que também “precisava-se de ficção” (RAMOS, 2012, p. 9) nessa sua “missão” de narrar o espaço de sua cidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A Feira dos Mitos:** a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950). São Paulo: Intermeios, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte.** Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MARANHÃO, Airton. **A dança da caipora.** Fortaleza: Editora Print & Paper, 1994.

MARANHÃO, Airton. **Admirável povo de São Bernardo das Éguas Ruças.** Fortaleza: Premius, 2005.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O Fato e a Fábula:** O Ceará na escrita da História. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

MESTRE NÊGO BISPO E QUILOMBOS:

Uma análise do contracolonialismo como prática e vivência do processo de ressignificação, preservação, empoderamento, reconhecimento e valorização da historiografia quilombola no Piauí.

Renato Ramos de Almeida⁷.

Lílian Eliane de Carvalho Meireles⁸.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como delimitação do tema a seguinte premissa: Mestre Nêgo Bispo e Quilombos: uma análise do contracolonialismo como prática e vivência do processo de ressignificação, preservação, empoderamento, reconhecimento e valorização da Historiografia Quilombola no Piauí. Nessa perspectiva a problemática do estudo tem a sua fundamentação no presente questionamento: Como os saberes e fazeres (memória, identidade, cultura, religiosidade) da Filosofia Quilombola de Nêgo Bispo pode contribuir para o processo de empoderamento, reconhecimento e valorização da Historiografia Quilombola no Piauí?

O presente estudo tem como objetivo central analisar os saberes e fazeres da Filosofia Quilombola de Nêgo Bispo como um instrumento historiográfico contracolonial de empoderamento, reconhecimento e valorização da Historiografia das Comunidades Quilombolas no Piauí. E como objetivos específicos: refletir sobre as concepções sobre a Filosofia Quilombola e Contracolonialismo; compreender como os aspectos teórico-práticos do Contracolonialismo contribuem para o processo de empoderamento da memória,

7 Graduando do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Piauí-U-FPI/Campus Petrônio Portella. Teresina-PI. E-mail: renatoramosdealmeida@gmail.com.

8 Graduanda do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Piauí-U-FPI/Campus Petrônio Portella. Teresina-PI. E-mail: lilianec_meireles@hotmail.com.

identidade, cultura, religiosidade; identificar como a Filosofia Quilombola de Nêgo Bispo contribui para o processo da valorização e reconhecimento da Historiografia Quilombola.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram da pesquisa bibliográfica, abordagem qualitativa, revisão integrativa da literatura, processo de coleta das fontes através da consulta nas plataformas científicas – Scielo, Bibliotecas Virtuais (BV), Google Acadêmico, literatura cinzenta, e tendo como fonte fundamental a bibliografia de Antônio Bispo dos Santos, Nêgo Bispo (Bardin, 2015). O referencial teórico teve a sua fundamentação na revisão da literatura dos seguintes autores: Nêgo Bispo (2023), Nêgo Bispo (2018), Nêgo Bispo (2015), Gomes (2015), Moura (2020).

ANÁLISES E REFLEXÕES

O Contracolonialismo de Santos (2015), na perspectiva de Moraes (2019), é uma ferramenta sistêmica que extrapola o âmbito filosófico, epistemológico, pois tem na sua essência a natureza prática com base nos fatos históricos, através das vivências e experiências composta por vários aspectos estruturantes que contribuem de forma sistêmica para o desenvolvimento da preservação, reconhecimento e empoderamento da Historiografia Quilombola no Piauí, principalmente para o Quilombo do Saco do Curtume (São João do Piauí-PI). Nesse sentido, fica evidente que o contracolonialismo não pode ser denominado como uma filosofia, e sim como uma construção de pensamentos e conhecimentos de caráter prático que concede a historiografia quilombola fundamentação necessária para a sua devida valorização e reconhecimento pela academia e ciências humanas, especialmente a História.

Para Santos (2015; 2023), Gomes (2015) e Santos (2014), os Quilombos são espaços que ultrapassam a noção de centro de ensino, pois além de promover a formação dos quilombolas como seres

produtivos para o desenvolvimento da comunidade e atuar como guardiões dos saberes/fazeres ancestrais, também concedem conhecimento de si e toda sua história, assim como sujeito social, político, cultural com base na oralidade e empiria que faz uso da memória e história dos Griôs, assim, como da identidade, cultura, religiosidade Ancestral Africana que gera a Historiografia dos Quilombos. Destarte, que Nego Bispo e os Quilombos são indissociáveis, e o Contracolonialismo é fruto da relação simbiótica, formativa, construtiva com base na transmissão dos saberes e fazeres ancestrais no ambiente quilombola que tem a finalidade de envolver primordialmente a “comunidade” através do envolvimento do quilombola e quilombolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, compreende-se que a relação de Nego Bispo e os Quilombos deram origem a sua metodologia prática e sistêmica denominada contracolonialismo que é fruto das suas vivências e experiências empíricas e com base na transmissão oral dos saberes e fazeres ancestrais pelos Griôs. Desse modo, fica evidente que o contracolonialismo é uma metodologia empírica e oral fundamental para o processo do reconhecimento, valorização, empoderamento da Historiografia Quilombola no Piauí e para todo o território brasileiro devido os elementos que sustentam a sua essência e finalidade, são eles: memória, identidade, história, cultura, religiosidade, territorialidade que no ambiente quilombola são elementos indissociáveis, são vivos e pulsantes enquanto existir um Quilombola.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: UBU Editora, 2023.

BARDIN, Laurence. **Método dialético em metodologia científica**. 6. ed. Lisboa: Edições, 2015.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

FILHO, João Bernardo da Silva; LISBOA, Andrezza. **Quilombolas: Resistência, História e Cultura**. São Paulo: IBEP, 2013.

MORAES, Marcelo José Derzi. A filosofia ubuntu e o quilombo: a ancestralidade como questão filosófica. **Revista África e Africanidades – Ano XII – n. 32, nov. 2019 – ISSN 1983-2354**. Disponível: <https://africae-africanidades.com.br/documentos/0320112019.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2023.

SANTOS, Simone Ritta dos. **Comunidades quilombolas: as lutas por reconhecimento de direitos na esfera pública brasileira**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2014.

TECNOLOGIAS ANCESTRAIS NO QUILOMBO URBANO DA BOA ESPERANÇA:

Uma análise a partir do documentário circulando memórias.

Natasha Karenina de Sousa Rego⁹

Elaine Ferreira do Nascimento¹⁰

O trabalho tematiza as tecnologias ancestrais do Quilombo Urbano da Boa Esperança (também Quilombo, na comunidade Boa Esperança), em Teresina-PI, com o seguinte problema de pesquisa: Quais as tecnologias ancestrais percebidas no Quilombo a partir do documentário *Circulando Memórias*, do Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança? O Projeto foi realizado por comunicadoras populares (Projeto, 2017; Santos, 2023) em conjunto com a comunidade, por meio da realização de oficinas registradas em 5 (cinco) episódios, disponíveis no site Youtube. O foco são as experiências das mulheres, apesar de haver a com escuta de homens e crianças. O objetivo geral da pesquisa é discutir sobre as tecnologias ancestrais a partir das falas coletadas. Os objetivos específicos são: situar os quintais e terreiros da comunidade; conceituar tecnologias ancestrais nos quilombos; analisar as tecnologias ancestrais produzidas no Quilombo Urbano da Boa Esperança.

Para a análise foi escolhido o episódio *Circulando Memórias* (Projeto, 2017), que registra a prática de uma oficina em que participantes se apresentam a partir de uma planta encontrada nos quintais da Boa Esperança, relatam seus usos tradicionais e pertencimento ao território, o que dialoga com a proposta do trabalho. A pesquisa

9 Professora Dedicção Exclusiva da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), campus Dra Josefina Demes; doutoranda em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Email: nkaresr@frn.uespi.br

10 Assistente Social na FIOCRUZ-PI; professora da pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Email: negraelaine@gmail.com

é de tipo descritivo, exploratório, documental e bibliográfico; com abordagem qualitativa. Para coletar e analisar os dados foi realizada observação e a interpretação das falas das sujeitas. As sujeitas de pesquisa são as participantes do Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança (2018), moradoras da comunidade e integrantes de movimentos sociais que apoiam a luta.

Percebeu-se que ao se apresentar a partir de uma planta do território, as pessoas falaram sobre o seu pertencimento à região, a determinação em permanecer e os benefícios obtidos com seu uso tradicional, por meio de chás, banhos, alimentação e ornamentação. A metáfora de que a planta se enraíza na terra assim como os moradores ao território foi articulada para ilustrar que os povos e comunidades tradicionais têm uma relação orgânica com a terra e território, em biointeração (Nêgo Bispo, 2015) com a natureza e também com a cidade de Teresina. Além disso, foram mencionadas as ancestralidades indígenas, com o uso tradicional do urucum como tinta natural e corante, e africanas, com auto-identificação de um morador mais velho como “griô”, um ancestral. Por meio das falas registradas nos vídeos nota-se que a ocupação quilombola do território (Amaranes, 2023; Nêgo Bispo, 2015; Nascimento, 2018) se expressa nas tecnologias ancestrais (Fellner, Oliveira, Merkle, 2020) de arquitetura - com construção de casas, práticas de olarias e vazantes; músicas - com produção de palavras de ordem; uso tradicional de plantas. Elas remontam às permanências africanas e indígenas no território piauiense.

REFERÊNCIAS

AMARANES, Douglas Pinheiro. **Tornar-se Quilombo**: Ressignificando Territórios e Identidades na Comunidade Boa Esperança. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Piauí, Parnaíba, PI, 2023.

FELLNER, Ana María Rivera; OLIVEIRA, Leander Cordeiro de; MERKLE, Luiz Ernesto. **Entre algumas outras tecnologias**: o desafio de reafirmar a ancestralidade para transformar a contemporaneidade rumo ao bem viver. REBELA, v.10, n.2. mai./ago. 2020, 322-339

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual**: possibilidade nos dias da destruição. São Paulo: Filhos da África, 2018.

PROJETO MULHERES NOS TERREIROS DA ESPERANÇA (PROJETO). **Circulando entre memórias**. YouTube, 20 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LdUFsrN5wDQ&t=835s>. Acesso em: 2 jan 2023.

SANTOS, Antônio Bispo (NÊGO BISPO). **Colonização, quilombo**: modos e significações. Brasília: Unb, 2015.

SANTOS, Sarah Fontenelle. **Comunicação popular e insurgente da Boa Esperança**: entreterritório, memória e histórias de vida em “Lagoas do norte para quem?” Santos. Tese (doutorado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2023.

REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO URBANO NO BRASIL (2013-2023)

Marcelo Aleff de Oliveira Vieira¹¹

Este texto tem como objetivo abordar as razões da intensificação do processo de escravização de trabalhadores em áreas urbanas no Brasil, de 2013 aos dias atuais. Com isso, busca-se traçar um perfil dos sujeitos aliciados, investigar as principais atividades laborais flagradas pelas fiscalizações, e discutir os principais mecanismos de arregimentação, controle social e exploração. O trabalho escravo contemporâneo é um problema urgente de escala global. No Brasil, esse fenômeno é tipificado como crime pelo artigo 149 do Código Penal de 1940, que prevê pena de 2 a 8 anos de reclusão. Quanto à sua conceituação, violações aos princípios da dignidade da pessoa humana são elementos centrais e determinantes, ou seja, o desrespeito aos direitos humanos. Sobre isso, Ricardo Rezende Figueira argumenta que situações marcadas pela exploração de trabalho escravo são comumente caracterizadas por:

Um conjunto de práticas que podem ser, dependendo da autoridade coatora, tipificadas juridicamente como crime – manter pessoas em cárcere privado, violência física, como tortura ou lesões corporais, assassinato e danos ambientais – violações à leis trabalhistas – não assinatura de Carteira de Trabalho e Previdência Social, não recolhimento dos direitos previdenciários, não pagamento de salários e das férias, condições inadequadas de habitação, transporte, alimentação e segurança (Figueira, 2004, p.35).

Tais práticas, definidas juridicamente como trabalho escravo, reduzem seres humanos à condição de objetos descartáveis, vili-

11 Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: marvieira21@hotmail.com

pendiam a honra e a liberdade individual, comprometem a integridade física e psicológica, desrespeitam direitos trabalhistas, e levam ao adoecimento e morte. Conforme dados de órgãos oficiais como Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), e de organizações da sociedade civil, por exemplo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), até o ano de 2013 a maioria dos trabalhadores escravizados eram migrantes nordestinos, resgatados de atividades laborais no campo (derrubada de matas e o corte e plantio de cana-de-açúcar), em estados das regiões Centro-Oeste e Norte. No entanto, a partir desse período setores empregatícios urbanos, da região Sudeste, despontaram no tocante ao número de flagrantes de uso de mão de obra escrava.

Esta modificação atrela-se também ao que Silva (2012, p.129) chamou de “reestruturação no setor canavieiro”. Ou seja, o processo de mecanização das atividades no setor sucroalcooleiro, visando atender as demandas de biocombustíveis do mercado internacional insufladas no começo deste século, que tem, em contrapartida, re-verberado o desemprego entre os trabalhadores rurais migrantes.

Além disso, a mudança das rotas articula-se também tanto às ações do Ministério Público do Trabalho (MPT) para combater o trabalho escravo no campo, quanto pela injeção das obras que dilataram a indústria da construção civil nesta última década. Obras relacionadas, inclusive, à megaeventos esportivos (Copa do Mundo de 2014) e de programas federais (Programa de Aceleração ao Crescimento [PAC], e do Programa Minha Casa Minha Vida) (Repórter Brasil, 2016, p. 09). Neste íterim, o setor da construção civil no estado de São Paulo, tem saltado como um dos principais pontos de chegada de migrantes piauienses. Além de tudo, tem ganhado “notoriedade ao ser envolvido em outra chaga brasileira: o trabalho análogo ao escravo” (Repórter Brasil, 2016, p. 03). Uma vez que desde 2013 tem apresentado os maiores índices de sujeitos resgatados de condições de trabalho escravo no país.

Variadas fontes apontam as condições de exploração à que os trabalhadores são submetidos nos canteiros de obra. A ausência de contratos formais de emprego, inexistência de treinamentos de segurança, não fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs), pagamentos abaixo no salário-mínimo vigente, mitigação do pagamento, jornadas exaustivas são situações comuns flagradas por opções de auditores fiscais. A isso, somam-se ainda o endividamento com os “gatos”, alojamentos e alimentação inadequada (Repórter Brasil, 2016).

Um elemento crucial para a consolidação do trabalho escravo em setores urbanos na última década, principalmente na construção civil, é o papel desempenhado pelos aliciadores, igualmente conhecidos como “gatos”. Os gatos, comumente, são das mesmas localidades de origem que os trabalhadores e que conseguiram alguma margem de ascensão nas hierarquias de mando das empresas. Através de falsas promessas desempenham as funções de aliciar pessoas; aproveitando-se muitas vezes de laços de amizade e parentesco; garantir que os trabalhadores se endividem (de modo a ficarem aprisionados), fiscalizar e impor ritmos de trabalho desejado pelo empregador, enfim exercer o controle social (Rocha, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante considerar o fato de que entre 2013 e 2022 a fiscalização do trabalho no Brasil vivenciou um verdadeiro processo de sucateamento, principalmente no que tange às operações específicas para reprimir a exploração de trabalho escravo. Cortes de verbas, número reduzido de auditores fiscais do trabalho, escalada de violência contra agentes de fiscalização, desmonte de órgãos nacionais e estaduais voltados para prevenção e denúncia, são alguns dos obstáculos enfrentados. Ironicamente, isso ocorreu no momento em que a classe trabalhadora, mas precisou da atuação efetiva da fiscalização

por parte do Estado. Ou seja, justamente no contexto de aprovação da Reforma Trabalhista em 2017 e a consequente ampliação da terceirização do trabalho, é que os mecanismos de combate ao trabalho escravo degingolaram. Infelizmente a escravização de trabalhadores continua a ser um fato comum nas cidades e interior do país, como as 3.190 pessoas resgatadas em 2023 podem atestar. Entretanto, o crescimento desses números (se comparados com os tão reduzidos da década anterior), nos mostram que, ao menos, os mecanismos de repressão ao trabalho escravo estão se erguendo aos poucos.

REFERÊNCIAS

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria da própria sombra:** a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

REPÓRTER BRASIL. **Os direitos dos peões na construção civil.** Julho de 2016.

ROCHA, Cristiana Costa. **Memória migrante:** a experiência do trabalho escravo no tempo presente (Barras PI). 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SILVA, Jane Marinho da. **Compromisso nacional para aperfeiçoamento das condições de trabalho na cana-de-açúcar:** ações implantadas para qualificar o trabalhador do setor canavieiro em Alagoas. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Alagoas. Marceió, 2012.

AS MÃOS QUE PRODUZEM AS ERVAS SÃO AS MÃOS QUE EMBALAM A CURA

Luana Maria Sousa Santos¹²

Luciano Silva Figueiredo¹³

Maria da Vitória Barbosa Lima¹⁴

Rafael Marques Gomes¹⁵

Denise Castro Sobrinho¹⁶

INTRODUÇÃO

As terras de Quilombos são territórios étnico-raciais de ocupação coletiva ancoradas na ancestralidade, na memória, na fé, no parentesco e em suas tradições e culturais próprias. No entanto, o sentido e a importância que a terra tem para os povos afrodescendentes foi ignorado e corrompido pelos colonizadores, em nome da manutenção das relações de exploração na busca permanente pelo poder. A Cosmologia pode ser entendida como parte cultural ou uma matriz de concentração de todas as nuances que configuram e dão sentido a uma visão de mundo, bem como dota de sentido as ações cotidianas, as produções coletivas e políticas das pessoas que comungam dessa mesma visão, ou são herdeiras de uma cosmovisão (Kidoiale; Costa Júnior, 2023).

12 Mestranda no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura pela Universidade Estadual do Piauí.

13 Docente no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura pela Universidade Estadual do Piauí.

14 Docente no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura pela Universidade Estadual do Piauí.

15 Mestrando no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura pela Universidade Estadual do Piauí.

16 Mestranda no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura pela Universidade Estadual do Piauí.

Sendo assim, nosso campo de estudos ocorreu na comunidade Quilombola Lagoas, que é uma das maiores do país, situada no sudoeste do Estado e está inserida na região do semiárido e no bioma caatinga. As relações sociais situadas no sertão piauiense remetem às ocupações das fazendas de gados, que desde os tempos coloniais estão presentes na região. A Fazenda São Victor foi erguida no meio da vegetação de caatinga, por meio da mão de obra negra escravizada, homens livres, indígenas (em especial os pimenteiras) e demais nativos da região (Faria, 2016).

Entre os saberes e tradições que se faz presente na cosmologia da comunidade temos o uso de ervas em seus múltiplos aspectos transcorrem desde os primórdios da humanidade. No período paleolítico, o uso das plantas estava interligado com as práticas xamânicas, e sua difusão ocorria por meio da oralidade (Ferreira; Marques, 2018). Devido à natureza da pesquisa concordamos com Barros (2011) quando enfatiza que qualquer estudo que pretenda aprofundar a relação humana com as plantas, deve considerar a forma como um determinado grupo étnico e/ou cultural percebe, classifica, manipula o mundo vegetal.

METODOLOGIA

A metodologia trata simultaneamente dos métodos e as técnicas de operacionalização do conhecimento. Este estudo foi desenvolvido junto à Comunidade Quilombola Lagoas, que é formada por mais de cem pequenas comunidades distribuídas por 62.365,8 hectares que abrangem seis municípios no Estado do Piauí. O encontro ocorreu entre os dias 16, 17 e 18 de junho de 2023 e foi executado o trabalho de campo, uma indispensável e central etapa na construção deste estudo que tem como objetivo refletir sobre o uso das ervas sagradas na comunidade Quilombola Lagoa dos Moisés-Piauí, no qual, nos levou em contato com Dona Cida produtora das garrafadas

que trabalha ativamente com ervas em sentidos de fé e cura e desde sua fundação reside na comunidade. A aplicação do questionário ocorreu durante a presença dos pesquisadores na Comunidade. Integrada à aplicação do questionário, através deste momento relacional e munidos da dinâmica da entrevista semiestruturada, temos como objetivo alcançar as práticas que orientam a criação uso de ervas; integrando o uso da Terra, dos elementos naturais, e sua relação com o corpo humano – compreendendo as especificidades dos conceitos de corpo, fé, saúde e cura

ABAIXO DE DEUS SÓ AS ERVAS

Existe um universo de possibilidades no uso das ervas no processo de cura do corpo e da alma. São formas de cuidado com inúmeros benefícios, sendo uma potência do saber tradicional e ancestral utilizados desde os séculos passados de forma natural e complexa, visto que cada erva possui um elemento químico, quando usado de forma inadequada pode ser um risco à saúde. Dessa forma, é preciso saber e conhecer que, muitas vezes, é passado de geração em geração em comunidades tradicionais.

Dona Cida, informa que o uso das ervas, garrafadas, lambedores ou chás são indicados principalmente para gripes ou resfriados dentro do sentido da doença em si e sua prevenção: “quando a gente apresenta a gripe a gente cuida logo com as garrafadas e lambedor para as crianças, mesmo que a gente pegue que seja uma coisa controlada”¹⁷.

Portanto, as mãos femininas guiam as ervas junto com sua sabedoria, sendo uma manifestação do poder do elemento matriarcal na comunidade. Somente as mulheres materializam o preparo das bebidas se faz presente na família da benfeitora, entre as nove filhas

17 Marques, Aparecida Maria. Entrevista concedida a Denise Castro Sobrinho, Luana Maria Sousa Santos e Rafael Marques Gomes em 16 de jun. 2023, no município de São Raimundo Nonato - PI.

dela apenas uma auxilia no modo de fazer e poucas netas demonstram interesse pela prática. Já entre as bisnetas e as próximas gerações remetem um cuidado maior no ato de preservar o saber tradicional, principalmente devido ao avanço do desmatamento e do mundo moderno tecnológico.

CONCLUSÃO

As mãos que produzem as ervas são as mãos que embalam a cura. As mãos femininas que trabalham nas roças, que colhem, exalam a cura nas doenças do corpo e da alma. Entre fé e sabedoria o cuidado com o outro, o uso das ervas passa a ser protagonista (e não complementar) em um local onde o descaso e os direitos de saúde básicos são esquecidos por instituições políticas. A maior imunidade contra o avanço da exploração predatória das mineradoras é a preservação das comunidades tradicionais com novas ou velhas ferramentas que estimulem as novas gerações a difundirem e cuidar dos saberes tradicionais de um povo que por muito tempo ficou sem voz, mas que sempre lutou por seus interesses e busca os seus direitos.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. F. P. DE. **O segredo das folhas**: sistema de classificação de vegetais no candomblé jeje–nagô do Brasil. Rio de Janeiro: Pallas: UERJ, 1999.

FARIA, A. T. D. P. DE. **Comunidade quilombola Lagoas**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

FERREIRA, L. A. Q. & MARQUES, C. A. Garrafadas: uma abordagem analítica. **Revista Fitos**, v. 12, n. 3, p. 243-262, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KIDOIALE, C.C ; COSTA JÚNIOR, J. Cosmologia e quilombos: território ancestral e a retomada originária. **SAPIENS - Revista de divulgação Científica**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 24–54, 2023.

OS TRABALHADORES DO CAFÉ DA SERRA DE BATURITÉ E AS RESSIGNIFICAÇÕES DE SUA TRADIÇÃO CAFEIEIRA (1967-1990)

Leonardo Noberto de Morais¹⁸

A região da serra de Baturité, localizada no Ceará a cerca de 100 km de Fortaleza. Este local possui características bastante específicas, considerada “uma paisagem de exceção no contexto geoambiental do semiárido cearense” (Freire; De Souza, 2008, p. 131), principalmente pelo fato de ser uma região que possui em sua vegetação resquícios de mata atlântica. Por possuir de clima mais ameno, sempre apresentou significativas peculiaridades em relação às outras regiões do Ceará. Nessa região, iniciou-se, desde o século XIX, o cultivo de café, gênero agrícola muito produzido no Brasil, com pouca incidência na região nordeste. Entendemos que a implementação desse gênero, nessa região serrana do Ceará, foi essencial para o processo de ocupação permanente durante os séculos XIX e XX de algumas das cidades ali existentes, como Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti.

Atualmente, a região serrana possui o plantio de café, porém estando em grande medida ligado ao turismo por meio da Rota Verde do Café. Este circuito turístico busca retratar a história do café na região, passando por alguns sítios e municípios que outrora foram produtores do gênero rubiáceo e que ainda mantém o plantio (Souza; Farias; Ferreira; Alexandre, 2019). Porém, antes disto, a cafeicultura serrana se estabeleceu como uma das principais atividades econômicas da região (Lima, 2000, Alcantara, 2009), que mobilizava considerável mão-de-obra local masculina e feminina, principalmente no momento da apanha do café, durante boa parte do século XX. Para além do trabalho, os sujeitos envolvidos construíram uma dinâmica

18 Mestrando em História Social no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (E-mail: leo-noberto98@hotmail.com).

de costumes no seu cotidiano e em sua cultura que se relacionava muito com sua prática laboral. O trabalho nessa realidade ia para além de um sentido econômico pois, por se tratar de uma agricultura de base tradicional, envolve-se aqui lógicas de sobrevivência, solidariedade, relações cotidianas e sociais que transcendem a mera racionalidade econômica atrelada ao capitalismo (Abramoway, 2012; Chaves, 2002; Schwarz, 1990).

Tudo isso muda quando algumas intervenções de caráter modernizador foram executadas pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC) entre os anos de 1967 e 1990. Houve nesse período dois momentos de intervenções modernizadoras: Primeiro, o “Programa de Erradicação dos Cafezais”, organizado pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) pertencente ao IBC, no qual se executou a derrubada e erradicação de cafezais improdutivos para diversificar o uso de culturas mais rentáveis dentro do capitalismo. Já o segundo plano intervencionista foi o Programa de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC). Esta intervenção buscou redefinir o plantio de café na Serra de Baturité inserindo novos plantios e técnicas, visando o aumento produtivo e a autossuficiência.

Visava-se com essas modernizações, o aumento de produção para autossuficiência regional, por meio da modificação das técnicas e práticas agrícolas, o que acabou redefinindo a relação dos sujeitos com a cafeicultura e com muitos dos seus costumes e práticas relacionados. Contudo, o novo modelo de plantio de café se mostrou problemático pelo fato de usar a terra como mero receptor do café, um instrumento de plantio, não buscando compreender de forma mais delineada as experiências e as especificidades do cultivo de café e a tradição cafeeira daquela região.

Nas implementações do replantio de cafezais dentro do padrão estipulado pelo IBC, se retirou a prática do plantio do café sob a sombra das árvores, inserido no começo do século XX. O sombreamento com árvores como Camunzés e Ingazeiras foi apontado como

a “ressureição” dos cafezais. A prática do sombreamento é um sistema de produção de café onde se utiliza outras árvores para proteção dos cafezais de agentes externos como sol, geadas e chuvas. Esta forma de cultivo do café traz benefícios ecológicos para a terra pelo fato de não expor o solo ao desgaste se compararmos o plantio a pleno sol. (Dalastra, 2014). Tais mudança, afetaram profundamente os modos de vida e de cotidiano dos sujeitos do café. Muitos perderam um trabalho que era percebido como a alternativa financeira de ganho mais influente, principalmente as mulheres. Em entrevista, uma apanhadeira de café do sítio Manaus, localizado no município de Pacoti, relata que:

Eu me lembro bem que foi assim, até a gente, eu mesmo dizia assim ‘ô meu Deus e agora, como é que a gente vai viver sem apanhar café?’ foi na época que começaram a arrancar o café todin, aí eu tinha menino pequeno e não podia sair pra longe né?! pros outros sítios, e foi em quase todo canto né, que fizeram isso, em Guaramiranga também.¹⁹

Outro sujeito do café, este um administrador de sítio, afirmou o seguinte:

Depois foi que inventaram esse negócio de arrancarem o café pra plantarem o paulista né, eles incentivaram a mudar... aí muita gente foi, não foi pra frente de jeito nenhum. Agora [tinha] outro também, que por causa do custo [do café] que é só uma vez por ano né, também, o café também não deu mais muito preço aqui, aí foi muita gente cortou o café pra plantar bananeira, né? Pra plantar banana porque achava que dava mais, dava melhor.²⁰

19 Entrevista concedida por Maria Branca Lima Inácio [21 de setembro de 2019], Pacoti, Ceará. Acervo pessoal.

20 Entrevista concedida por José Lucio Fonseca Rocha [10 de setembro de 2019], Pacoti, Ceará. Acervo Pessoal.

Mônica Amorim destacou o fato de além de ter havido frustração nos resultados, “a baixa produtividade, altos custos, riscos elevados e lucratividade insuficiente” levaram a um recuo das políticas intervencionistas do PRRC, com investimentos cada vez mais menores e inexpressivos, que duraram até o ano de 1981. Ela afirma que os produtores “foram excluídos dos incentivos do governo para o setor e abandonados à própria sorte” (Amorim, 2019. p. 58), ou seja, a cultura cafeeira desta região teria entrado em um processo de declínio. Fatores como a criação da lei da Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité – APA e também o crescimento do turismo regional, trouxeram outros sentidos a esta cultura cafeeira, dando-lhes essas significações.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012. 296 p.

ALCÂNTARA, Selma Maria Peixoto. **Sol e Sombra: o Café do Maciço de Baturité Numa Perspectiva Ecológica e Socioeconômica**. 2009. 157 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, Fortaleza-CE, 2009.

AMORIM, Mônica Alves. **A paisagem como instrumento de valorização de produtos de montanha: a experiência do café sombreado do maciço de Baturité, Ceará**. 2019. 100 f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ. 2019.

CHAVES, José Olivenor S. **Atravessando os sertões: memória de velhas e velhos camponeses do Baixo Jaguaribe**. 2002. 340 p. Tese (Doutorado em história) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

DALASTRA, Fernando Galant. **Sombreamento arbóreo na produção do café**. 2014. 29 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Agrônômica) - Universidade Federal de Grandes Dourados, Dourados - MS, 2014.

FREIRE, L. M.; DE SOUZA, M. J. N. Geografia e questão ambiental no estudo de paisagens de exceção o exemplo da Serra de Baturité - CEARÁ - DOI 10.5216/bgg.v26i2.5230. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 26, n. 2, p. 129–150, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/5230>.

LIMA, Pedro Airton de Queiroz. **À sombra das ingazeiras: o café na Serra de Baturité (1850-1900)**. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

SCHWARZ, Alf. Lógica do desenvolvimento do Estado e lógica camponesa. *Tempo soc.*, São Paulo, v.2, n.1, p.75-114, junho de 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v2i1.84788>. Acesso em 10 Dez. 2021.

SOUZA, A. L. A. de; FARIAS, M. F. de; FERREIRA, L. V. F.; ALEXANDRE, M. L. de O. Turismo e patrimônio cultural: um estudo de caso na Rota Verde do Café (Ceará). **Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 79–102, 2019.

PRÁTICAS DE NOVENAS E MONTAGEM DE ALTARES EM MASSAPÊ DO PIAUÍ

Gabriela Alves Monteiro²¹

Maria Gabriela de Sousa²²

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo investigar as práticas de novenas e a montagem de altares de santos em Massapê do Piauí, enfocando suas dimensões religiosas e culturais. A pesquisa é fundamentada teoricamente em autores como Funari e Pelegrini (2009), Peixoto e Goyatá (2021), Certeau (1998) e Queiroz (1968), os quais proporcionam uma compreensão da cultura e da religiosidade popular. A metodologia adotada consiste no uso da História Oral, por meio de entrevistas realizadas com dois noveneiros do município. Conforme Alberti (2008), a história oral é uma metodologia de pesquisa e constituição de fontes que envolve a condução de entrevistas gravadas com pessoas que participaram ou testemunharam eventos do passado e do presente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O conceito de patrimônio espiritual, conforme destacado por Funari e Pelegrini (2006), acrescenta uma dimensão essencial à compreensão da cultura e identidade de um povo. Ele abarca os ensinamentos e experiências de vida transmitidos pelas gerações anteriores, que se tornam uma fonte valiosa de sabedoria e valores culturais.

21 Mestra em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora de História (UESPI e SEDUC-PI). E-mail: gabriela.alves@cpm.uespi.br

22 Licenciada em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI/CEAD). E-mail: gg620592@gmail.com.

Um exemplo disso é a montagem de altares, que envolve diversos sentidos e intenções: “Lugar de sacrifício, de celebração de ritos e de comunicação com as divindades em geral, em torno dos altares proliferam-se práticas e atitudes, de indivíduos e coletividades, nos templos, interiores das casas e espaços exteriores, os mais diversos” (Peixoto; Goyatá, 2021, p. 56). Nesse contexto, os altares estabelecem conexões entre seres humanos, objetos e divindades. No âmbito do catolicismo, eles também têm a finalidade de serem admirados publicamente, desempenhando um papel decorativo e emocional no ambiente doméstico.

A religiosidade encontrada em Massapê do Piauí contém traços muito marcantes do catolicismo considerado rústico. Sua peculiaridade é o caráter popular e devocional, sendo que “o culto dos santos, a festa, a novena, as orações têm por objetivo assegurar a boa vontade dos seres sobrenaturais e uma retribuição” (Queiroz, 1968, p.119). As novenas locais possuem características próprias que foram sendo incorporadas através da prática e da realidade experienciada, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 1: Resumo das celebrações de novenas no município de Massapê do Piauí

Tiradores de novenas	Maria de Jesus Alves Araújo Francisco Pedro Mendes
Estrutura das novenas (sequência de gestos e orações)	Sinal da Cruz, Oração do Credo, Ato de Contrição, Salvar o Santo, Oração Preparatória, Oração do Santo, Louvores, Ladainha, Oferecimento da Ladainha, Oração do Senhor Deus, Bênção do Sacramento, Orações finais do Santo, Bendito do santo e outros benditos.
Elementos utilizados	O altar com a imagem do santo ou santa, a imagem de Jesus Cristo, a imagem de Nossa Senhora, velas e o caderno de rezas.

Expressão corporal	Sentado ou de joelhos (na oração do Senhor do Senhor Deus todos devem ficar de joelhos).
Outras observações	Nos louvores, são rezados o Pai Nosso e a Ave Maria, mas para o santo reza apenas o Pai Nosso e para a santa os dois. As novenas também possuem notários e o hasteamento da bandeira do santo. Rezam-se o ofício de Nossa Senhora nos dias de quarta e sábado no final da novena.

Fonte: Elaboração das autoras (2021)

As novenas seguem uma estrutura composta por uma série de orações tradicionais do catolicismo. Os “tiradores” são os responsáveis por puxar a sequência. Para a realização da celebração, são necessários alguns elementos fundamentais, como a imagem do santo de devoção. Os noveneiros são bastante religiosos. Eles acreditam nas suas súplicas elevadas aos santos e fazem penitências, promessas, orações, novenas e terços. Por isso, eles mantêm em sua casa altares em homenagem a diferentes santos. O altar é um elemento indispensável em uma novena. Nele está a figura principal da celebração, que é representado em forma de imagem: o santo ou santa da promessa. De acordo com Moraes (2013), os santos fazem parte das vivências religiosas da maioria dos piauienses. Existe uma relação de familiaridade entre o santo e o devoto. Por isso, o altar do santo é sempre bem cuidado e ornado. No altar de uma novena também é indispensável a presença da vela. Ela representa a luz divina. Além do santo padroeiro, o altar pode contar com a presença da Nossa Senhora, de Jesus Cristo e de outros santos de devoção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos relatos e depoimentos obtidos, são apresentados os principais aspectos das novenas e do ofício de seus “tiradores”. Os sujeitos aqui apresentados são católicos, mas não seguem de forma idêntica o catolicismo oficial. Suas práticas e saberes fazem parte de uma reapropriação espontânea, adaptada à realidade vivida. Eles compartilham conhecimentos e ritos ancestrais que foram reelaborados e ressignificados em seus próprios contextos ao longo do tempo. Essas formas de saber e fazer são intrínsecas à cultura popular (Certeau, 1998).

As novenas em Massapê do Piauí sobreviveram por muito tempo por meio da oralidade. Contudo, essas manifestações religiosas estão passando por significativas transformações nos últimos anos. Observa-se um processo de ressignificação da prática. Com o desenvolvimento do município e a construção de novas igrejas, as novenas saíram do espaço doméstico e passaram a ser realizadas pelos sacerdotes nos templos “oficiais”. O estudo buscou explorar a relevância dessas manifestações na vida da comunidade local, examinando sua transmissão ao longo das gerações e seu relativo processo de desaparecimento. O trabalho também visa contribuir para a historicização dos costumes e crenças que fazem parte da identidade cultural e religiosa de Massapê do Piauí.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

CERTEAU, Michel: **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2009. Edição online.

MORAIS, Marluce Lima de. **Em cada conta um lamento**: incelências, benditos e rezas (Alto Longá, Piauí 1980-2011). Lisboa: FABAUL: CIEBA: Grupo de Pesquisa – CNPQ Memória, Ensino e Patrimônio Cultural, 2013.

PEIXOTO, Fernanda Arêas; GOYATÁ, Júlia Vilaça Goyatá. Circulações e aparecimentos da forma altar entre arte e religião. In: GIUMBELLI, Emerson Alessandro; ARÊAS PEIXOTO, Fernanda (org.). **Arte e religião**: passagens, cruzamentos, embates. Brasília: ABA Publicações, 2021.

QUEIROZ, Maria Isaura de. O catolicismo rústico no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 5, p. 104-123, 1968.

“EU NÃO SOU ESCRAVA”:

Tecitudes de gênero, raça e classe nas memórias de trabalhadoras domésticas em Barras-Piauí (1980-1990)

Francisca Cibele da Silva Gomes²³

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa possui como objeto de estudo as memórias e experiências do serviço doméstico de quatro trabalhadoras, entre 1980 e 1990, período em que estas adentraram no mundo do trabalho. Para tanto, o objetivo geral foi analisar as categorias de gênero, raça e classe presentes no mundo doméstico barrense, entre 1980 e 1990. Os objetivos específicos foram: descrever seus contextos de atuação, específicas seus traumas e inquietações desenvolvidos durante o percurso de trabalho e salientar as construções identitárias em relação ao serviço doméstico.

A metodologia baseou-se inicialmente em um estudo bibliográfico sobre a relação entre o trabalho doméstico e as mulheres que adentravam esse ambiente. Para que fosse possível, se debruçar sobre essas memórias dessas meninas-mulheres no trabalho doméstico no âmbito barrense. As fontes orais se destacam por permitir uma análise aprofundada e sensível acerca das experiências dessas mulheres nesses espaços de trabalho remunerado e propõem novos olhares sobre o mundo do trabalho a partir de suas memórias e experiências.

Como resultados, pode-se inferir que o trabalho doméstico se constituiu permeado de problemáticas relacionadas a relação entre gênero, raça e classe, bem como as condições socioeconômicas enfrentadas pelas jovens nas primeiras décadas de exercício trabalhistas, mas também na conciliação com questões como a independência fi-

23 Graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: cs6445758@gmail.com.

nanceira, maternidade e sobrevivência de si mesmo e dos seus filhos. Para elas, seria a principal opção porque não dispunham de meios para terem acesso a escolarização ou a manutenção de suas infâncias, sem contribuir com a manutenção do lar, ou o trabalho ou o estudo, ou o trabalho ou o lazer, nunca ambos juntos.

MEMÓRIA E HISTÓRIA: ENTRELAÇAMENTOS POSSÍVEIS NO TRABALHO DOMÉSTICO BARRENSE

A História Oral revela através das memórias, as emoções do narrador, sua participação no contexto histórico e a forma como o fato narrável afetou sua existência. Tornando a subjetividade mecanismo aflorado. As entrevistas lançam luz sobre áreas não exploradas da vida diária das classes não hegemônicas. As fontes orais contam não somente o que o povo fez, mas o que queria fazer, suas crenças e o que pensam no momento da fala. Como um processo ativo de criação de significados, a memória não é um depósito passivo de acontecimentos, mas um espaço dinâmico de interações (Portelli, 1997). Ou seja, “essas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico” (Portelli, 1997, p.33).

As entrevistadas descreveram suas infâncias no Município de Barras-PI, na década de 1980 a 1990, como sendo de extrema pobreza e ainda muito jovens recorreram ao trabalho para ajudar os pais na criação dos irmãos, precisavam da contribuição financeira dos mais velhos. Muitas começaram quebrando coco babaçu, que no final do século XX era um ganho vultoso na região e rendia lucro, sobretudo aos ricos fazendeiros latifundiários e aos coroneis – donos das terras e do povo. Foram entrevistadas ao todo quatro pessoas que aceitarem serem identificadas pelo nome original, mesmo após ter sido a opção do anonimato, dentre elas estão: Maria Deusa de Sousa

(56 anos), Joana Ferreira Bastos (47 anos), Isabel Alves da Silva (57 anos) e Eliane Alves de Oliveira (42 anos). A delimitação temporal foi possível a partir da definição do tempo de trabalho de cada uma delas, sobretudo os anos iniciais de atuação, onde começaram ainda na infância ou adolescência a trabalhar em casa de família destacado nas narrativas orais.

Como a maioria dos comentários que foram tecidos pelas entrevistas giravam em torno do período inicial foi a partir desse fato se delimitou o recorte entre 1980 a 1990, respectivamente, o período de início das atividades de Maria Deusa da Silva que iniciou as atividades com 14 anos, Isabel Alves da Silva (16 anos), Joana Ferreira Bastos (22 anos, mas trabalhava em outros serviços anteriormente) e Eliane Alves de Oliveira (16 anos). As quatro iniciaram a vida trabalhista precocemente ainda na infância na zona rural como quebra-deiras de coco e em residências domésticas do campo, exceto Joana Bastos que sempre trabalhou na zona urbana.

As entrevistas deixam escapar diversos momentos traumáticos revelados pelos olhares tristes e principalmente pelas lágrimas de sofrimento e dor que, muitas vezes, não puderam ser ditas em razão das repressões ou o silenciamentos que poderia atingi-las, o ato de “calar-se” seria a melhor estratégia para deixar escondido suas memórias traumáticas e o seu distanciamento da construção de uma identidade frente a possibilidade de verem o trabalho doméstico como uma profissão, pois servirá como um sacrifício em nome da sua sobrevivência e de seus familiares. O desejo em sair do ofício foi revelado com unanimidade dentre as sujeitas da pesquisa e a única saída era a aposentadoria como lavradoras e não como trabalhadoras domésticas. No plano da narrativa também podem ser expelidos histórias do seu cotidiano no serviço doméstico, os hábitos construídos, os medos e os momentos de raiva intercalando o espaço rural e urbano, as humilhações, subalternidades e desigualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto, questões de gênero, raça e classe foram vivenciadas dentro dos espaços de serviço, onde muitas delas precisavam enfrentar longas jornadas de trabalho, opressões, privações e baixa remuneração porque precisavam do dinheiro para sobreviver, mas também suprir as suas necessidades de independência financeira e sobrevivência. Foram meninas-mulheres que precisaram adentrar no espaço doméstico como trabalhadoras desde muito cedo, mas que acabam criando uma identidade de pertencimento ao espaço do trabalho não somente pela autonomia desenvolvida, mas pelo entendimento em que precisavam ser valorizadas em termos de serem vistas como um trabalho com direitos que garantissem melhores condições de vida.

REFERÊNCIA

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Proj. História**, São Paulo, v.14, p.25-39, fev. 1997. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819741/mod_resource/content/1/PORTELLI,%20Alessandro%20%E2%80%93%20O%20que%20faz%20a%20hist%C3%B3ria%20oral%20diferente.pdf Acessado em: 04 jan. 2023.

A BAHIA, O SERTÃO E A INQUISIÇÃO:

Estratégia de defesa de um cristão-novo no século XVIII

Ademir Schetini Júnior²⁴

Neste trabalho, investigamos as estratégias de defesa de um mercador cristão-novo que viveu como judeu na França por duas décadas. Ele foi preso em Salvador, em 1726, aos 56 anos, sob acusação de criptojudaísmo, passando por um processo inquisitorial rigoroso em Lisboa e culminando em sua aparição em um auto da fé cinco anos depois. O mercador adotou uma estratégia de defesa que incluiu a convocação de testemunhas distantes de Salvador, o que foi destacado de maneira irônica pelo comissário inquisitorial João Calmon. Essa escolha ilustra as complexas relações sociais e as táticas defensivas na Bahia colonial.

Apesar de ter nascido como Belchior e ter demorado a reconhecer sua filiação com a família Mendes Correia, António Cardoso Porto manteve seu nome adotado nas comunidades judaicas francesas e assim se estabeleceu atuante na Bahia, destacando-se no comércio de produtos tabaqueiros e no setor têxtil. A estratégia de defesa parece ter sido orientada pelo desejo de proteger seu círculo mais próximo, que incluía parentes com envolvimento suscetível perante a jurisdição inquisitorial. O mercador adotou a tática de estender a duração de seu processo legal, valendo-se da prerrogativa respaldada pelo Regimento da Inquisição, que permitia a solicitação de diligências específicas para contestar a má-fé testemunhal contra si (Regimento do Santo Ofício de Portugal, 1640, liv. II, tít. X). O réu utilizou duas frentes – retardando a revelação de sua identidade, mesmo sob a pressão dos ministros, e solicitando testemunhas que residiam em áreas remotas da Bahia. A dinâmica comunicacional do Santo Ofício permite uma visão dos meandros desse processo.

24 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Bolsista CAPES.

Com isto, o comissário João Calmon reagiria com surpresa e ironia aos pedidos de inquirição ultramarina, conforme expresso em missiva datada de junho de 1729. Calmon menciona o recebimento de uma via do tribunal com a chegada dos navios, incluindo uma relacionada a António Cardoso Porto com as tais Provas de Contraditas. Na resposta à correspondência, destaca:

E agora recebo uma via desse tribunal com a chegada destes navios (...), entre as quais vem uma pertencente a António Cardoso Porto com Provarás de Contraditas, para cujo fim nomeia testemunhas no fim do mundo de pessoas moradoras nos sertões desta cidade, distante dela duzentas léguas, sendo umas moradoras de outras com quase igual distância e em muitas partes sem haver (...) pessoa a quem se possa remeter uma comissão, cuja diligência se não faz em um ano, da qual logo hei de tratar e ver o meio com que se possa executar (ANTT-TSO, IL Documentação dispersa, cx. 1634, doc. 16916).

Embora não estejam registrados no processo, esses elementos subsistiram na papelada trocada entre colônia e a sede do tribunal. Parece que a dificuldade aventada foi considerada pela Mesa Inquisitorial, que prosseguiu com o processo utilizando alguns papéis coletados pelo mesmo comissário em casa do réu, na Praia da cidade da Bahia.

A Bahia consolidava sua posição como o centro administrativo, político e religioso do Estado do Brasil no início do século XVIII. O território se expandia em direção aos sertões, áreas de mineração e margens do São Francisco. Entre os rios Paraguaçu e São Francisco, o “caminho geral do sertão” desempenhava uma significativa rota de integração cultural e geográfica, proporcionando mobilidade e sobrevivência numa região geograficamente complexa que desembocava nas Minas do Ouro. Como palavra polissêmica, “sertão” adquiriu diversas interpretações ao longo do tempo, refletindo uma categoria analítica que abrangia a divisão espacial, o interior de uma região, a unidade

administrativa interna, o zoneamento espacial, entre outros (Miguel e Neves, 2007, p. 15-16). O termo revela-se propício para a geração de novos significados, influenciado pela transformação socioeconômica e geográfica que alterou a percepção e interação das pessoas com o espaço. Frequentemente associado a regiões distantes do poder colonial, os “sertões”, nesse contexto, representavam uma área extremamente desafiadora do ponto de vista das instituições lusitanas.

O exame das provas e argumentos extraprocessuais revela uma estratégia de defesa artilosa e perigosa, moldada, em parte, pela posição social que o mercador ocupava na cidade. Essa tática, desafiadora para a Inquisição, ressalta a resiliência de um indivíduo a proteger seu círculo social na sociedade colonial, bem como proporciona uma perspectiva das complexidades das relações sociais, religiosas e comerciais na Bahia setecentista. Não à toa, o astuto António Cardoso Porto aspirava se “defender e argumentar com o inquisidor que o processa” (ANTT-TSO, IL, Proc. n. 8887, 1726-1731 fl. 79), em assuntos religiosos.

REFERÊNCIAS

ANTT-TSO, Inquisição de Lisboa: **Documentação dispersa**, cx. 1634, doc. 16916; Caderno do Promotor nº 83; Caderno do Promotor nº 84; Processo nº 8887.

MIGUEL, A.; NEVES, E. F. **Caminhos do sertão**: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. Salvador: Arcádia, 2007.

REGIMENTO do Santo Ofício da Inquisição de Portugal (1640), liv. II, tít. X. In: FRANCO, J. E.; ASSUNÇÃO, P. de. **Metamorfoses de um polvo**: religião e política nos Regimentos da Inquisição Portuguesa (Séc. XVI-XIX). Lisboa: Prefácio Editora, 2004.

“NÃO OUVIMOS BEM O QUE NOS RODEIA”:

a violência doméstica contra mulheres trans – entre dificuldades e resistências para acessar o sistema de justiça criminal em uma comarca do sertão piauiense (2019-2022).

Ângela Maria Macedo de Oliveira²⁵

O resumo traz reflexões sobre a violência doméstica contra mulheres e o acesso ao sistema de justiça criminal, em uma comarca do sertão piauiense, a partir de uma experiência vivenciada por uma mulher trans. No dia 07 de agosto de 2006, foi instituída a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha (LMP), sendo considerada marco legislativo e social no enfrentamento contra todas as formas de violências cometidas contra as mulheres no país: psicológica, sexual, moral, física e patrimonial. A LMP entrou em vigor em 22 de setembro de 2006. Quanto a sua aplicação está a cargo dos operadores do direito: Delegados (as), Promotores (as), Defensores(as), Juízes(as) cada um em seu local de trabalho, órgãos dos poderes Executivo e Poder Judiciário. Essas instituições que compõem o Sistema de Justiça Criminal - SJC, tem por objetivos aplicar o ordenamento jurídico através da administração de conflitos (Lima, 1999).

A tipificação de um crime ocorre mediante interpretação de um servidor da polícia judiciária, baseado não apenas em legislação e elementos jurídico-formais-objetivos contidos no Código Penal (documento que se define os diversos tipos de crimes), mas também em filtros sociais, subjetivos. Como afirmou Costa (2010, p.27, grifo nosso) existe uma “*possibilidade da distância existente entre a narrativa da demanda social que chega ao sistema criminal e a tipificação*”

25 Doutoranda em História do Brasil (UFPI). Professora Assistente III da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus Poeta Torquato Neto. E-mail: angelaoliveira@cchl.uespi.br

legal dos fatos realizada pelo mesmo”. Foi exatamente isso que aconteceu com Patrícia²⁶, uma mulher trans de 26 anos, solteira, comerciante e moradora em um município do sertão piauiense, quando em 01 de novembro de 2019, dirigiu-se a uma Delegacia de Polícia Civil, para registrar uma queixa. Na cidade onde ela mora, não existe Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres – DEAM. Patrícia relatou ter sofrido diversas formas de violência doméstica, como a violência física, a violência patrimonial e ameaças feitas pelo namorado. Entretanto, no primeiro boletim, a queixa foi registrada como roubo de motocicleta.

afirma a noticiante [...] estava em seu bar [...] juntamente com seu namorado [...] ele havia dormido no local. A noticiante afirma que notou falta da quantia de R\$ 40,00 [...] respondeu que não havia pego o dinheiro, chamando a noticiante de viado safado, ao tempo em que também disse que iria matá-la. [...] empurrou a e a segurou pelo pescoço [...] vindo a derrubá-la no chão e a pisar no seu pescoço [...] pegou uma faca de mesa e conseguiu fazer uma pequena lesão no braço da noticiante. [...] com a mesma faca abriu a ignição da motocicleta da noticiante, saiu rapidamente, roubando a sua motocicleta (Boletim/2019, grifo nosso).

Neste Boletim de Ocorrência - BO, Patrícia, uma mulher trans que sofreu violência doméstica não foi reconhecida como sujeito de direito na Lei Maria da Penha. A violência de gênero contra as mulheres é democrática, pode ocorrer com *todas* as mulheres, independente de idade, classe social, cor/raça, etnia, escolaridade, orientação sexual, com ou sem deficiência, religião, território, identidade de gênero: mulheres cis e mulheres trans. O Brasil contemporâneo ainda convive com as mais diversas formas de violências que incidem nas mentes e corpos de mulheres, sejam *cisgêneras* (que possuem

26 Pseudônimo, seguindo as recomendações de ética em pesquisas de Ciências Humanas.

um gênero que lhe foi atribuído ao nascer, se nasceu com a genitália vagina, é uma mulher cis) ou *transgêneras* que reivindicam “o pertencimento a um gênero distinto daquele que lhe foi imposto” (Bento, 2012, p.12).

No Piauí, os órgãos oficiais não incluem dados concretos sobre as violências sofridas por transexuais e travestis. Até 2021²⁷ não havia ainda uma sistematização e padronização para coleta de dados, como por exemplo, campo para preenchimento sobre orientação sexual e identidade de gênero, nos documentos do SJC piauiense, o que dificulta pesquisadoras/es fazerem análises com perspectiva interseccional. Entretanto, ao analisarmos documentações precisamos ficar atentos aos sinais, “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permite decifrá-la” (Ginzburg, 1989, p.177), os pequenos detalhes não podem passar despercebidos.

Como vimos, a narrativa da mulher em situação de violência, escrita pela escritã, afirmava: “Chamando a noticiante *de viado*, pisou no seu pescoço, disse que iria matá-la” (BO, 2019, grifo, nosso), tratava de uma mulher trans e o sistema de SJC que deveria acolher e aplicar a LMP, foi desigual, preconceituoso e muitos operadores dos direitos agem com “incapacidade subjetiva, não ouvimos bem o que nos rodeia. Dentre os vários sons que podem ser ouvidos está a voz, o grito das mulheres pela afirmação de seus direitos”. (Gebara; Diniz, 2021, p.27-28). A LMP enfatizou no art. 5º que a definição de violência doméstica e familiar contra a mulher tem como base o *gênero* e não o sexo anatômico. O homem autor de violência que

27 Constatação evidenciada ao analisar os autos criminais, corpus que integra a pesquisa de doutorado que se encontra em andamento, intitulada “Entre experiências individuais e a experiência jurídica: discontinuidades históricas provocadas pela Lei Maria da Penha em uma Comarca do sertão piauiense”. No ano de 2022 foi publicada uma Portaria pela Secretaria de Segurança Pública para sistematizar dados e criar um Protocolo de Dados da Violência Contra a Pessoa LGBTQIA+. Artigo 1º: “Durante a confecção do boletim de ocorrência é obrigatório o preenchimento dos campos de orientação sexual e identidade de gênero”. (Portaria, 2022).

agrediu Patrícia era o seu namorado, portanto, estava amparada na LMP, art. 5º, item III, *em qualquer relação íntima de afeto*, sem necessidade de comprovação que moravam na mesma casa.

Nota-se dos autos que pós analisar detidamente os fatos *o delegado* que estava respondendo por esta unidade [...] *entendeu que não havia elementos para autuação em flagrante* [...] *percebe-se que não sucedeu o roubo inicialmente noticiado, mas sim foram perpetrados delitos circunstanciados pela violência doméstica*, requerido medidas protetivas pela vítima [...] *Proceda a alteração do BO no sistema de registro de ocorrência, transformando de Roubo em ameaça e vias de fato no âmbito doméstico*; (Inquérito policial, Medida Protetiva, 2019A, p.4-5, grifo nosso).

Patrícia, resistiu, diferentemente do inerte homem diante da lei (Kafka, 2009), ela foi um corpo com potência, lutou por seus direitos. Retornou a delegacia, dia 07 de novembro, desta vez com uma advogada, o registro da queixa foi alterado de roubo para ameaça e vias de fato no âmbito doméstico e solicitou medidas protetivas. Finalmente, o trabalho aponta que, para evitar a violência institucional, é necessária a capacitação dos profissionais em questões de gênero, raça e etnia conforme o artigo 8º LMP (Brasil, 2006) para atenuarem na prática dos atendimentos qualquer forma de discriminação.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade?** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BOLETIM de Ocorrência n.º 2700/2019.

BRASIL. Lei n.º 11.340/2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em 29 de out. de 2023

COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura. O sistema de justiça criminal como fonte de pesquisa. **Cadernos NIGS, metodologias:** internet, mídia e sistema judiciário. Florianópolis, SC, v.1, n.º 1, 2010, p. 25-35.

DINIZ, Débora; GEBARA, Ivone. **Esperança feminista.** Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2022.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.143-275.

INQUÉRITO policial, **Medida Protetiva**, 2019A./ PORTARIA n.º 59 de 21 de janeiro de 2022. **Diário Oficial n.º 111/2022.** Teresina, PI, 08 de junho de 2022. Disponível: www.diariooficial.pi.gov.br Acesso em: 10 de nov.2023

KAFKA, Franz. **O processo.** Portugal: Publicações Dom Quixote, 2009.
LIMA, Roberto Kant de. polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. **Revista de Sociologia e Política.** Curitiba, n.º13, 1999, p.23-38.

SOBRE “MORADAS E RASTROS DOS ANTIGOS, NOSSOS ANTEPASSADOS”:

Considerações sobre a cultura material, memória e história em três territórios indígenas no Estado do Piauí.

Helane Karoline Tavares Gomes²⁸

INTRODUÇÃO

O Estado do Piauí presencia, desde a década de 1990, a deflagração de reivindicações étnicas e processos organizativos de povos indígenas²⁹. As mobilizações indígenas no Nordeste encontram-se associadas a suas relações com os regimes de memória, compreendidos como os modos como os indígenas concebem e arquitetam suas memórias na contemporaneidade (Pacheco de Oliveira, 2016). Buscamos elucidar os usos, interpretações e as inter-relações entre da cultura material, memória e história dos indígenas a partir da análise de casos de quatro povos indígenas, os Tabajara – Tapuio Itamaraty, da comunidade Nazaré, do município de Lagoa de São Francisco, a 170 km da capital Teresina, os Kariri da comunidade Serra Grande, do município de Queimada Nova, a 552,4 km de Teresina e os Akroá Gamella, da comunidade Morro d’água I, em Baixa Grande do Ribeiro, a aproximadamente 650 km da capital.

28 Professora do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Dr^a Josefina Demes. Doutoranda em História pelo PGH - UFRPE. Mestre em Antropologia e Arqueologia - PPGANT - UFPI. E-mail: helanekarolinetavares@frn.uespi.br

29 No Nordeste do Brasil esse processo abrange tanto a emergência de novas identidades como a reinvenção de etnias já conhecidas. As variadas denominações atribuídas aos fenômenos de reivindicações étnicas incluem reelaboração étnica, ressurgimento, “viagem da volta”, deflagração, retomadas, novas etnias, entre outros termos (Oliveira, 2004). Os dados obtidos no ano de 2022 revelam a auto declaração de 7.198 indivíduos, em 157 municípios do estado. No ano de 2010 o censo demográfico registrou a presença de 2.944 indígenas pertencentes às etnias Tabajara, Tapuio, Kariri, Warao, Guajajara, Gueguê e Akroá Gamella.

Abordaremos as múltiplas narrativas de pertencimento associadas a espaços históricos e arqueológicos nos territórios mencionados, sobretudo os lugares de ancestralidade portadores de registros rupes- tres. A metodologia, de caráter transdisciplinar, alicerçou-se no inter- cruzamento de métodos e procedimentos de pesquisa associados à história oral e etnografia. Trata-se de análise bibliográfica, registro fotográfico, pesquisa qualitativa fundamentada na produção de fontes associadas a entrevistas com lideranças indígenas das comunidades mencionadas, relatos experiências de oficinas e rodas de conversa e pesquisas colaborativas, com participação e/ou coordenação desta autora, no território indígena Morro Belo dos Tabajara -Tapuio entre os anos de 2018 a 2023.

MEMÓRIAS, “CORRERIAS, MORADAS E RASTROS DOS ANTIGOS”

A concepção de lugares de memória erigida por Nora (1993, p. 21) tem como referência o contexto cultural francês marcado pelo esfacelamento da identidade nacional. Para o autor a memória, fadada ao desaparecimento, se constituiria de um resíduo involuntário de uma memória perdida que se fixa em lugares, lugares de memória. Estes compreendidos como espaços simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais que remetem ao passado de determinada sociedade, promovendo ressignificações de narrativas que possibilitem a continuidade de um tempo específico. Em contrapartida a esse conceito utilizamos o conceito de Krenak e Campos (2021) de territórios indígenas como lugares de origem, associados ao conceito de territorialização e à noção de políticas de memória (Pacheco de Oliveira, 2016), para uma melhor compreensão dos processos de mobilização indígena, escrita e reescrita das histórias desses sujeitos. Corroborando com o exposto Krenak assinala a relevância de compreendermos a tradição oral indígena como recurso de mobilização,

organização e rememoração, vinculado ao patrimônio imaterial (Krenak; Campos, 2021, p. 36).

A memória associada aos relatos etno-históricos e processos organizativos permeia as narrativas orais dos povos indígenas, fundamentando narrativas de pertencimento e ancestralidade dos grupos étnicos Kariri e Tabajara – Tapuio Itamaraty. A oralidade assinala que as perambulações dos antepassados destes dois últimos correspondiam ao perímetro da Serra da Ibiapaba/Serra Grande, abrangendo uma área contígua entre os atuais estados do Piauí e Ceará³⁰. Os relatos dos moradores mais antigos associam a origem dos Tabajaras de Lagoa de São Francisco, a uma indígena, que migrou em virtude da seca, percorreu a Serra da Ibiapaba, se instalando na localidade de Nazaré.

As narrativas associadas aos lugares de ancestralidade são fundamentadas em relatos de violência que apontam o contato entre essa indígena e não indígenas “pega a dente de cachorro” na localidade denominada de Olho d’água do Cedro. Tais narrativas configuram-se como marcos da trajetória dessa ancestral comum, rememoradas pelos moradores mais antigos da comunidade, são repassadas por gerações. Os Tapuios, por sua vez, seriam descendentes de uma família, que teria se deslocado de Pernambuco, percorrido a Serra da Ibiapaba, fronteira do Piauí e Ceará, se instalado na localidade conhecida como Riachão, no município mencionado³¹.

As narrativas dos deslocamentos, movimentos migratórios, fugas, capturas e “domesticações” encontram-se associadas à memória dos antepassados dos Kariri e Akroá Gamella. Os sítios arqueológicos portadores de pinturas e gravuras rupestres, conhecidos como os locais das “pedras escritas”, na localidade Santo Antônio em Serra Grande e Morro d’água, em Baixa Grande do Ribeiro, compõem a

30 Relatório de qualificação de demanda territorial – Terra Indígena Morro Belo, 2018, p. 02.

31 Cabe destacar que embora os relatos orais apontem para a distinção identitária entre os grupos étnicos Tabajara e Tapuio, estes grupos optaram por constituir uma unidade, reivindicando a identidade de Tabajara Tapuio.

memória dos indígenas atuais a partir da transmissão das narrativas e ressignificação desses lugares, associados à continuidade de um laço ancestral com os seus antepassados diretos e indiretos. Isso é observado pelas histórias contadas pelos membros dos grupos étnicos, observação e associação dos registros materiais, como vestígios cerâmicos e restos de fogueiras, visitas e narrações a respeito destes locais que atribuo à denominação de locais de ancestralidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Estado do Piauí a implementação de uma cultura política indígena fundamentada no processo de reelaboração étnica e cultural, associa-se à evocação e preservação dos lugares de ancestralidade, legitimando suas reivindicações territoriais. A gestão das narrativas associadas ao passado fundamentada na relação entre cultura material, memória e história, contempla esses territórios indígenas, lugares de origem que permeiam espaços históricos e/ou arqueológicos. A cultura material, por sua vez, é compreendida como instrumento atrelado e indissociável à construção da identidade indígena, associada à memória. No processo de reelaboração de suas identidades os povos indígenas Akroá Gamella, Kariri e Tabajara - Tapuio Itamaraty apresentam narrativas de pertencimento associadas a esses locais de ancestralidade. Desse modo, os sujeitos integrantes desses grupos identificam-se com esses espaços às proximidades de suas aldeias e comunidades, interconectando narrativas acerca da ancestralidade, legitimando reivindicações do presente.

REFERÊNCIAS

KRENACK, Ailton; CAMPOS, Yussef. **Lugares de origem**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história**. A problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC – SP, nº 10, 1993.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “Pacificação”, Regime Tutelar e Formação de Alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.